



URGENTE

Professores mantêm indicativo de greve e marcam assembleia para 15 de agosto

Reunidos em assembleia no Vão-Livre do MASP (Avenida Paulista, São Paulo) na tarde desta sexta-feira, 30, três mil professores da rede estadual de ensino aprovaram a manutenção do indicativo de greve e um calendário de mobilização em torno da campanha salarial e educacional 2014.

O calendário prevê indicativamente a realização de uma reunião do Conselho Estadual de Representantes em julho. Além disso, foram aprovadas: reunião ordinária de Representantes de Escola/Representantes de Aposentados no dia 7 de agosto e nova assembleia estadual, com paralisação, no dia 15 de agosto – com indicativo de greve.

É sempre bom lembrar que o governo ainda não apresentou qualquer proposta de ampliação do reajuste de 7% já previsto para julho deste ano. Para repor somente as perdas acumuladas desde fevereiro de 1998, é necessário um percentual de 17,9%, na perspectiva da conquista dos 75,33% necessários para a equiparação dos nossos salários aos das demais categorias com formação em nível superior, campanha permanente da APEOESP.

O Sindicato preparará todo material necessário para a mobilização da categoria, que deverá ser utilizado na semana de planejamento (as aulas serão retomadas em 14 de julho), além de fazer campanha nos meios de comunicação, por meio de outdoors, de panfletos e outras formas.

Contra o PL 6840/2013, que reforma o ensino médio

A APEOESP realizará webconferência, seminário, criará um fórum e proporá à CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) pressão no Congresso Nacional em Brasília contra a votação do PL 6840/2013, que propõe a reformulação do ensino médio.

O PL, entre outras questões, prevê a figura do professor polivalente – ou seja, um professor de Língua Portuguesa, por exemplo, poderá ministrar aulas de Artes.

A APEOESP retomará a campanha em defesa de um ensino médio que atenda as necessidades dos filhos e filhas da classe trabalhadora, com a edição de materiais adequados a esta luta.

Ato das centrais dia 5

A assembleia decidiu pela participação no ato que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), seus sindicatos filiados, entidades dos movimentos social e estudantil e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) realizarão no próximo dia 5 de junho (quinta-feira) para esclarecer a população sobre a grave crise no abastecimento de água e denunciar o descaso do governo estadual com a falta de investimentos no setor e também com relação ao funcionalismo público, especialmente os trabalhadores em Educação e na Saúde. A concentração será a partir das 9h

na Estação Pinheiros (Linha 4-Amarela), localizada na Rua do Sumidouro, próxima à Praça Vitor Civita, em Pinheiros, zona oeste da capital.

Foi também decidido que a APEOESP fará gestões junto a todas as centrais para unificar, ainda no dia 5/6 diversas outras manifestações que estarão ocorrendo na cidade, envolvendo metroviários e outros setores.

As subsedes devem organizar caravanas para participação no ato, concentrando-se nas proximidades do local da manifestação, que será divulgado no início da semana. O número de participantes deve ser informado para a Presidência da APEOESP (presiden@apeoesp.org.br).

Pela jornada do Piso, contra a Secretaria Escolar Digital

Os professores aprovaram ainda uma campanha – que envolverá a confecção de cartazes e praguinhas – pela implantação da jornada da Lei do Piso (ou seja, 33% da jornada dedicada a atividades extraclasse) e contra a Secretaria Escolar Digital que vem sendo imposta nas escolas sem que existam as condições para o desenvolvimento deste trabalho.

Webconferência sobre forma de contratação

A APEOESP realizará webconferência e seminário para discutir as formas de contratação de professores não-concursados.

O Sindicato não aceita qualquer tipo de contratação de forma precária. Até que seja definida uma outra forma de contratação, a APEOESP luta para que os professores da categoria O tenham os mesmos direitos dos professores da categoria F, enquanto não possam ser aprovados em concurso público.

Nesta semana, a APEOESP, em ação coletiva, conquistou

o direito de os docentes categoria "O" receberem os quinquênios ou sexta parte, nos casos em que já possuam o tempo necessário para tal fim (5 anos de efetivo exercício no Estado para cada quinquênio e/ou 20 anos de efetivo exercício no Estado para a sexta parte).

A APEOESP entende que a sentença ora conquistada é muito importante na luta pela dignidade da nossa profissão e pela qualidade do ensino.

Devemos, entretanto, alertar: a decisão não é definitiva, sendo possível a interposição de recurso de apelação pela Procuradoria do Estado. Vamos lutar até o fim para que a sentença prevaleça.

Ainda na defesa dos professores da categoria O, a presidenta da APEOESP se reunirá com o superintendente do IAMSPE na próxima semana para debater encaminhamentos que possam garantir o atendimento no Instituto deste importante setor, o mais rapidamente possível.

Os principais eixos da mobilização da nossa campanha salarial e educacional são:

- Reposição salarial rumo aos 75,33% necessários para a equiparação com as demais categorias com formação em nível superior;
- Sem a implantação da jornada do piso, não haverá Secretaria Digital;
- Condições de trabalho;
- Posse e exercício dos concursados em 2015;
- Debater na rede nova forma de contratação para a categoria O – extensão dos direitos da categoria F para categoria O;
- Direito ao IAMSPE para categoria O;
- Fim da “duzentena” para a categoria O;
- Direito de uso das faltas e licenças médicas para efeito de aposentadoria.

Plano Nacional de Educação é aprovado em comissão no Senado

Mais uma conquista da luta e mobilização dos trabalhadores em educação em todo o país: a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal aprovou por unanimidade o texto base do Plano Nacional de Educação (PNE).

O plano estabelece 20 metas que deverão ser cumpridas até o ano de 2020; além disso, determina que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) será destinado para a educação.

O projeto ainda precisa ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Educação antes de ser votado em plenário.

Entre as principais metas determinadas pelo projeto estão a ampliação da oferta de educação infantil; a universalização do ensino fundamental composto por nove anos e do atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos; o erradicação do analfabetismo absoluto; e a redução de 50% da taxa de analfabetismo funcional.

O PNE determina, também, metas em relação aos professores como uma política nacional de formação e valorização dos profissionais de educação e a criação e/ou melhoria de planos de carreira para profissionais da educação básica pública.